

Eólica Paraíso S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Paraíso S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Paraíso S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Paraíso S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres



de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes



transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'.

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Eolica Paraíso S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	711	1.084	Fornecedores		780	1.304
Contas a receber	7	1.862	4.120	Financiamentos	9	6.056	3.586
Adiantamento a fornecedores		5	490	Debêntures	10	-	2.643
Tributos compensáveis		676	655	Obrigações tributárias		187	1.403
Despesas antecipadas		85	102	Partes relacionadas		565	1.112
Contas a receber partes relacionadas		-	908	Dividendos	10	551	551
Outras contas a receber		68	-				
Total do ativo circulante		3.407	7.359	Total do passivo circulante		8.139	10.599
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	6	6.216	3.677	Financiamentos	9	43.386	48.614
Contas a receber	7	5.172	4.038	Obrigações tributárias		-	2.282
Depósitos judiciais		-	-	Outras contas a pagar		13	-
Despesas pagas antecipadamente		493	-	Provisão para desmobilização		55	55
Imobilizado	8	79.766	84.755				
Total do ativo não circulante		91.647	92.470	Total do passivo não circulante		43.454	50.951
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		95.054	99.829	Capital social	10	40.111	32.199
				Reserva de lucros		3.350	6.080
				Total do patrimônio líquido		43.461	38.279
				Total do passivo e patrimônio líquido		95.054	99.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Paraíso S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	12	13.217	14.198
Custos de geração	13	<u>(7.797)</u>	<u>(3.696)</u>
Lucro bruto		<u>5.420</u>	<u>10.502</u>
Despesas gerais ou administrativas	14	(671)	(868)
Outras receitas/despesas		<u>-</u>	<u>408</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>4.749</u>	<u>10.042</u>
Receita financeiras	15	164	210
Despesas financeiras	15	<u>(7.174)</u>	<u>(8.066)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(7.010)</u>	<u>(7.856)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(2.261)</u>	<u>2.186</u>
Imposto de renda	11	(309)	100
Contribuição social	11	<u>(160)</u>	<u>35</u>
Resultado do exercício		<u><u>(2.730)</u></u>	<u><u>2.321</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Paraíso S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(2.730)	2.321
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(2.730)</u></u>	<u><u>2.321</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Paraíso S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Capital Social a integralizar	Reserva legal	Reserva de Retenção		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.485	-	224	4.086	-	35.795
Subscrição e integralização de capital social	714	-	-	-	-	714
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.321	2.321
Constituição de reserva legal	-	-	116	-	(116)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(551)	(551)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.654	(1.654)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	32.199	-	340	5.740	-	38.279
Subscrição de capital social	8.055	(8.055)	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	7.912	-	-	-	7.912
Resultado do exercício	-	-	-	-	(2.730)	(2.730)
Absorção de prejuízo	-	-	(340)	(2.390)	2.730	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40.254	(143)	-	3.350	-	43.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Paraíso S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(2.261)	2.186
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.609	5.178
Custo de captação apropriado ao resultado	1	-
Depreciação e amortização	5.225	3.155
Tributos diferidos	-	(1.124)
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos recuperáveis	(21)	(184)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(476)	(70)
Aumento (redução) em fornecedores	(524)	310
(Aumento) redução em outras contas a receber	(68)	-
(Aumento) redução em depósitos judiciais	-	-
(Aumento) redução em contas a receber partes relacionadas	908	-
(Aumento) redução em contas a receber	1.124	(2.974)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	485	(490)
Aumento (redução) em contas a pagar partes relacionadas	(547)	60
Aumento (redução) em outras contas a pagar	13	-
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(3.637)	413
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	4.831	6.460
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.347)	-
Pagamento de IR e CS	(330)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	154	6.460
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição imobilizado	(236)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(236)	-
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Aplicação em fundos vinculados	(2.539)	(1.344)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(3.021)	(8.100)
Pagamentos de deêntures	(2.643)	(9)
Integralização de capital	7.912	714
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(291)	(8.739)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(373)	(2.279)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.084	3.363
No fim do exercício	711	1.084
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(373)	(2.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Paraíso S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de setembro de 2011, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Pelado, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situada no município de Bodó, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de dez unidades geradoras de 2 MW¹, totalizando 20 MW¹ de capacidade instalada.

A Companhia iniciou suas operações comerciais e de geração de energia em janeiro de 2016.

b. Autorização

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

Central geradora eólica	Portaria ANEEL	Data da publicação
Pelado	263	30/04/2012

c. Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízo do exercício no montante de R\$ 2.730 e passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 4.705. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração -Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018 (Reapresentado)
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	117
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	967
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.158
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	<u>3.677</u>
Total de ativos financeiros			<u><u>12.919</u></u>
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	1.304
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	52.200
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	<u>2.643</u>
Total de passivos financeiros			<u><u>56.147</u></u>

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	99.339	490	99.829
Caixa e equivalentes de caixa (iii)	4.761	(3.677)	1.084
Aplicações financeiras vinculadas (iii)	-	3.677	3.677
Adiantamento a fornecedores (i)	-	490	490
Outros ativos não impactados	94.578	-	94.578
Total de passivos	61.813	(263)	61.550
Dividendos obrigatórios (ii)	814	(263)	551
Outros passivos não impactados	60.999	-	60.999
Total do patrimônio líquido	37.526	753	38.279
Reserva de lucros (ii)	5.327	753	6.080
Demonstração do resultado e do resultado abrangente			
Em 31 de dezembro de 2017			

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i)	(4.186)	490	(3.696)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	9.552	490	10.042
Resultado do exercício	1.831	490	2.321
Resultado abrangente do exercício	1.831	490	2.321

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	1.696	490	2.186
Adiantamento a fornecedores	-	(490)	(490)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.460	-	6.460
Aplicação em fundos vinculados	2.333	(3.677)	(1.344)
Caixa no fim do exercício	4.761	(3.677)	1.084

- (i) *Adiantamento a fornecedores***
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.
- (ii) *Dividendos obrigatórios***
A Companhia identificou que os ajustes de períodos anteriores efetuados resultaram em diminuição dos dividendos mínimos obrigatórios, sendo assim, ajustou o saldo da conta em contrapartida ao Patrimônio Líquido.
- (iii) *Aplicações financeiras vinculadas***
A Companhia identificou que havia divulgado saldos de aplicações financeiras na rubrica de caixa e equivalentes, desta forma, reclassificou o montante referentes às aplicações financeiras vinculadas para o Ativo Não Circulante.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

- (i) *Reconhecimento e mensuração inicial***
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
- (ii) *Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)***
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Energia de Reserva no Ambiente Regulado - CER. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos

Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

Considerando que as contraprestações dos arrendamentos são calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, e ainda que podem ocorrer oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação preliminar, a Companhia entende que não reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados.

6 Caixas, equivalentes de caixa e aplicações vinculadas

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	14	117
Aplicações financeiras (a)	<u>697</u>	<u>967</u>
Total	<u>711</u>	<u>1.084</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Banco Bradesco, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, indexadas à CDI.

b. Aplicações financeiras vinculadas

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado
Garantia serviço da dívida BNDES	2.287	2.577
Centralizadora	1.528	-
Reserva especial	1.868	1.100
Garantia O&M	533	-
Total	6.216	3.677

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Câmara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	7.034	8.158
Circulante	1.862	4.120
Não Circulante	5.172	4.038

Todos os títulos em aberto em 31/12/2018 estão classificados como a vencer. O montante classificado como não circulante refere-se as provisões efetuadas e que serão liquidadas ao final do quadriênio conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	91.200	(11.434)	79.766	-
Edificações, benfeitorias e obras civis	-	-	-	84.755
Total	91.200	(11.434)	79.766	84.755

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Transferências*	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado					
Máquinas e equipamentos	-	236	84.755	(5.225)	79.766
Edificações, benfeitorias e obras civis	<u>84.755</u>	<u>-</u>	<u>(84.755)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>84.755</u>	<u>236</u>	<u>-</u>	<u>(5.225)</u>	<u>79.766</u>

	Saldo em 31/12/2016	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado			
Edificações, benfeitorias e obras civis	<u>87.910</u>	<u>(3.155)</u>	<u>84.755</u>
Total	<u>87.910</u>	<u>(3.155)</u>	<u>84.755</u>

(*) Durante o exercício de 2018 a Companhia concluiu a unitização, desta forma, efetuou transferências no ativo imobilizado para a adequação da apresentação.

9 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos (a)	2,65% a.a. + TJLP	<u>49.442</u>	<u>52.200</u>
Circulante		6.056	3.586
Não Circulante		43.386	48.614

- (a) A Companhia possui contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária nestes contratos denominados de financiamento mediante abertura de crédito.

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>55.122</u>
Juros Incorporados a Dívida	5.178
Amortização do Principal	(3.569)
Amortização de Juros	<u>(4.531)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>52.200</u>
Amortização de Juros	(4.273)
Amortização do Principal	(3.021)
Juros Incorporados a Dívida	4.535
Incorporação de Custo de captação	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>49.442</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a

alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

10 Debêntures

Em 01 de julho de 2014 a Diretoria Executiva autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 60.000.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de CDI + 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios.

O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.652
Amortização de Juros	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.643
Amortização de Juros	(74)
Amortização do Principal	(2.643)
Juros Incorporados a Dívida	74
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 40.254 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 32.199 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 40.254 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas durante o exercício de 2018 foi subscrito o montante de R\$ 8.055 de capital social e integralizado o montante de R\$ 7.912 de capital social. O valor total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 40.111 (R\$ 32.199 em 31 de dezembro de 2017).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2018 após as destinações, o qual está disponível para deliberações da Assembleia Geral.

12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 469 (R\$ 135 diferido em 31 de dezembro de 2018).

	31/12/2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	13.717	13.717
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.097	1.646
Demais receitas	138	138
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	(309)	(160)

Imposto de Renda	31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos	2.186	2.186
Despesas/Receitas não dedutíveis	(1.787)	(1.787)
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL	(399)	(399)
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	100	35

13 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de energia elétrica (a)	13.717	14.632
(-) Deduções da receita bruta	(500)	(434)
Pis	(88)	(76)
Cofins	(412)	(358)
Total	13.217	14.198

- (b) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria no ambiente regulado, por meio dos contratos de energia de reserva.

14 Custos de operação

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e Amortização	(5.225)	(3.155)
Compra de energia	(17)	-
Encargos de conexão e transmissão	(502)	(825)
Serviços de terceiros	(1.136)	-
Arrendamentos e alugueis	(242)	(206)
Seguros	(142)	-
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(3)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(74)	-
Custos Intercompany	(283)	-
Gastos diversos	-	-
Impostos e Taxas	(11)	-
Despesas com internet	(35)	-
Despesas com manutenção	(128)	-
Total	(7.797)	(4.186)

15 Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados pessoa jurídica	(192)	-
Despesas Intercompany	(419)	-
Despesas com internet	(4)	-
Energia Eletrica	(2)	-
Gastos diversos	(6)	(868)
Despesa Associativa	(6)	-
Legais, judiciais e publicações	(42)	-
	(671)	(868)
Total	(671)	(868)

16 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas	164	-
Rendimentos de aplicação financeira	-	210
	164	210
Receitas financeiras	164	210
Juros BNDES	(4.535)	(5.178)
Tarifas Bancárias	(59)	-
Juros Debentures	(74)	-
Juros Diversos	(56)	-
Despesa Captação de empréstimos	(1)	-
Juros sobre mutuo	(50)	-
Comissões e fianças	(1.564)	(2.740)
Outras Despesas Financeiras	(835)	(148)
	(7.174)	(8.066)
Despesas financeiras	(7.174)	(8.066)

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Echoenergia Participações S.A.	-	908
Total	-	908
Passivo		
Serras Holding S.A.	-	80
Eolica Lagoa Nova	-	264
Echoenergia Participações S.A. (a)	565	768
Total	565	1.112
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(283)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(419)	-
Total	(702)	-

- (a) A Companhia possui despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	711	711	1.084	1.084
Fundos vinculados	6.216	6.216	3.677	3.677
Contas a receber	7.034	7.034	8.158	8.158
Fornecedores	780	780	1.304	1.304
Debêntures	-	-	2.643	2.643
Financiamentos	49.442	49.442	52.200	52.200
Total	64.183	64.183	69.066	69.066

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto de acordos de compensação:

Fluxos de caixa contratuais					
31/12/2018	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	780	780	-	-	-
Financiamentos	49.442	6.056	6.056	18.168	19.162
Total	50.222	6.836	6.056	18.168	19.162
31/12/2017	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.304	1.304	-	-	-
Debêntures	2.643	2.643	-	-	-
Financiamentos	52.200	3.586	3.586	10.758	34.270
Total	56.147	7.533	3.586	10.758	34.270

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	14	697	117	967
Fundos vinculados	-	6.216	-	3.677
Contas a receber	7.034	-	8.158	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	780	-	1.304	-
Financiamentos	49.442	-	52.200	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 e 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pela Companhia relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2018	Cenário provável 31/12/2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP	6,50%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI	6,50%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

A sensibilidade foi calculada com base no cenário provável dos próximos 12 meses a findar em 31 de dezembro de 2019, e, demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	49.442	3.441	4.301	5.162
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	6.913	491	614	737

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.